

SOBRE AS REGRAS DA TRADUÇÃO NO SÉCULO XVII: HERANÇA JANSENISTA PARA O TRADUZIR

CRISTIAN CLÁUDIO QUINTEIRO MACEDO (UFRGS)¹

RESUMO: O presente artigo é uma pesquisa de Historiografia da Tradução que tem o objetivo de apresentar notas históricas sobre duas regras de tradução escritas no século XVII e algumas de suas relações. Trata-se de dois textos produzidos por jansenistas daquela época; *Règles de la traduction française*, de 1650, e *Règles de la traduction ou moyens pour apprendre à traduire de latin en français tiré de quelques unes des meilleures traductions du temps*, de 1660. A primeira, uma lista de onze regras de autoria de Antoine Lemaistre, apesar de ser publicada postumamente apenas no século XVIII, já circulava entre sábios e tradutores do Grand Siècle, principalmente entre os jansenistas de Port-Royal. A segunda, compostas de nove regras, foi elaborada e publicada por Gaspar de Tende. O primeiro autor era um tradutor do mosteiro, o segundo era um sábio laico, também tradutor. Ao se compreender o contexto cultural, em sua dimensão laica e religiosa, percebe-se que são obras de teor regulador comum ao período, mas guardando cada qual suas especificidades no que diz respeito às suas diferenças, enquanto as regras de Antoine Lemaistre privilegiam a forma e o estilo do texto traduzido, as regras de Gaspar de Tende parecem voltadas às relações entre o texto original e o texto traduzido.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Tradução. Jansenismo. Regras de Tradução.

ON THE RULES OF TRANSLATION IN THE 17TH CENTURY: JANSENIST HERITAGE FOR TRANSLATING

ABSTRACT: This article is a Translation Historiography research that aims to present historical notes on two translation rules written in the 17th century and some of their relationships. These are two texts produced by Jansenists at that time; *Règles de la traduction française*, from 1650, and *Règles de la traduction ou moyens pour apprendre à traduire de latin en français tiré de quelques unes des meilleures traductions du temps*, from 1660. The first, a list of eleven rules by Antoine Lemaistre, despite being published posthumously only in the 18th century, already circulated among scholars and translators of the Grand Siècle, mainly among the Jansenists of Port-Royal. The second, composed of nine rules, was elaborated and published by Gaspar de Tende. The first author was a translator from the monastery, the second was a lay scholar who was also a translator. When understanding the cultural context, in its secular and religious dimension, it is perceived that they are works with a regulatory content common to the period, but each one keeping its specificities with regard to their differences, while Antoine Lemaistre's rules favor the form and style of the translated text, Gaspar de Tende's rules seem to focus on the relationship between the original text and the translated text.

KEYWORDS: Translation Historiography. Jansenism. Translation Rules.

INTRODUÇÃO

Lieven D'hulst (1995) já deixou claro que toda afirmação categórica e generalizante sobre a tradução no passado sempre é um *a priori*. À medida que avançamos as investigações históricas sobre determinados períodos, percebemos que dificilmente houve uma era de consenso e homogeneidade na forma de pensar e produzir traduções. O século XVII francês, mais conhecido por ser a época das “belas inféiis”, se mostra cada vez mais complexo quanto

¹Graduado em História, mestre e doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail.cristianmacedoxix@gmail.com.

mais analisamos seu contexto, seus agentes e suas produções. Cada recorte de pesquisa, mesmo que limitado, pode contribuir com um pouco mais de luz nesse processo.

A pesquisa cujos resultados se encontram nesse artigo tem o objetivo de apresentar notas históricas sobre duas regras de tradução escritas no século XVII e algumas de suas relações. A primeira, uma lista de onze regras de autoria de Antoine Lemaistre, apesar de ser publicada postumamente apenas no século XVIII, já circulava entre sábios e tradutores do *Grand Siècle*, principalmente entre os jansenistas de Port-Royal. A segunda, composta de nove regras, foi elaborada e publicada por Gaspar de Tende em seu livro intitulado *Règles de la traduction ou Moyens pour apprendre à traduire de latin en françois tiré de quelques unes des meilleures Traductions du temps*.

Por tratar-se, o presente artigo, de um trabalho de Historiografia da Tradução (um ramo dos Estudos da Tradução) dedicamos a primeira seção para apresentar nossos pressupostos. A segunda seção trará informações acerca do contexto de produção das regras e a última, apresentará alguns pontos em comum entre ambas.

HISTORIOGRAFIA DOS DISCURSOS DA TRADUÇÃO

Antes dos anos 1970 havia um conjunto de pesquisas sobre tradução, incluindo as historiográficas. Todavia, foi apenas nessa década que um modelo (e o nome) foi proposto para os Estudos da Tradução (HOLMES, 2000). Não havia nesse modelo a previsão da abordagem histórica. Foi somente em 1994 quando, ao reformular o modelo de Holmes, Hurtado Albir elaborou uma perspectiva da disciplina contemplando a abordagem. A partir de seu modelo, a Historiografia da Tradução passa a ser entendida como uma dimensão que transpassa os três ramos da disciplina: o descritivo, o teórico e o aplicado.

A perspectiva da qual produzimos o presente trabalho é a da historiografia dos discursos acerca da tradução, uma das possibilidades de pesquisa no campo, ocupando-se do ramo teórico dos Estudos da Tradução.

Com Woodsworth (1998), temos a orientação sobre as possíveis questões ao se produzir uma pesquisa nessa perspectiva. Estudos históricos podem apontar para o que disseram os tradutores sobre sua atividade, sobre os processos de avaliação das traduções ao longo do tempo, sobre o ensino da tradução e sobre a relação dos discursos sobre tradução com outros discursos da mesma época.

Já Brigitte Lépinette (2015), guarda em seus modelos de abordagem historiográfica o que ela chama de *descritivo-comparativo*, centrado nas teorias da tradução, e nas diferentes noções tradutórias nas quais as teorias se articulam e seu desenvolvimento ao longo do tempo. É um modelo de pesquisa que se ocupa com os textos que se propõem refletir sobre a tradução.

O pesquisador que mais desenvolveu essa área da Historiografia da Tradução foi o belga Lieven D'hulst. Nos anos 1990, os estudos de Lieven D'hulst chamavam a atenção para a necessidade de um estudo histórico dos discursos sobre a tradução. Em sua coletânea *Cent ans de théorie française de la traduction: De Batteux à Littré (1748-1847)*, reuniu um conjunto de textos que servem de documentos sobre o pensamento em torno da tradução em um período de intensas mudanças conceituais, sociais, políticas e econômicas, chamado pelo historiador Koselleck de *Sattelzeit* [tempo de sela ou tempo liminar]. Além de coligir fontes primárias para o trabalho historiador, D'hulst contribuiu de forma significativa para a consolidação do ramo Historiografia da Tradução.

Em seu artigo *“Enseigner la traductologie: pour qui et à quelles fins”* (1994), refletindo sobre a situação belga, D'hulst estende suas conclusões aos Estudos da Tradução como um todo. Para ele, o estudo da história do discurso tradutório se justifica na medida em que dá ao

neófito uma via de acesso à disciplina, além de permitir que se possa distinguir o que de fato são verdadeiras descobertas no campo e o que são reformulações de ideias antigas (mas esquecidas, ou desconhecidas), o que garante que não se tome o velho por novidade. Isto é, a Historiografia da Tradução impede que a cada geração se “reinvente a roda”.

Ele afirma que as fontes de pesquisa, o contexto dos discursos tradutórios e a transformação das ideias neles presentes ao longo do tempo são fundamentais para as investigações históricas. Para ele, o objetivo primeiro do historiador que investiga os discursos tradutórios deve ser a “reconstrução ideal, segundo o ponto de vista daqueles que os conceberam e de seus usuários” (D’HULST, 1995, p. 19, tradução nossa). Mesmo que a “reconstrução ideal” seja um trabalho difícil, ele é possível, na medida em que o historiador escolha sua abordagem a partir de um projeto de pesquisa bem desenhado e que defina claramente seu objeto.

Márcia Martins publica em 1996 o artigo “As relações nada perigosas entre História, Filosofia e Tradução”, no qual propõe que “uma boa maneira de começar um estudo histórico da tradução talvez seja definir claramente o objeto: se as reflexões teóricas ou a prática em si”. Para a autora, uma investigação historiográfica da tradução precisa atentar para as questões como “quais eram as definições de ‘tradução’ e de ‘teoria de tradução’ em determinadas épocas no passado; [...] e a definição do que é texto ‘teórico’”. Ao optar por escrever sobre a história das teorias de tradução,

o ponto de partida poderá ser um corpus de textos teóricos considerados importantes e representativos da variedade sincrônica e diacrônica do pensamento sobre a tradução. Entretanto, o historiador não deve esquecer que esses textos também são parte de discursos que pertencem a gêneros específicos (prefácio, resenha, carta, etc.) e têm suas próprias funções dentro e fora do campo da teoria. Conseqüentemente, muitas informações podem ficar de fora, propositalmente ou não. É preciso, então, descobrir o que é possível dizer em cada época [...] (MARTINS, 1996, p. 43-45).

Em obra de 2014, D’hulst afirma que, mesmo que o objeto não seja o discurso tradutório propriamente dito, ele é importante e deve ser considerado em todas as frentes de pesquisa históricas. Ele defende que se inclua o entendimento histórico das teorias e reflexões sobre a tradução quando se investiga desde a história dos sujeitos da tradução, passando pelo que foi e o que deixou de ser traduzido, até a história dos contextos de sua produção, impressão e distribuição.

REGRAS NO MUNDO SAVANT, JANSENISMO, PORT-ROYAL E TRADUÇÃO

O século XVII foi um período no qual viu-se a multiplicação das regras. Seja nos âmbitos político, econômico e militar, seja nas esferas da educação e da cultura, esse intenso processo de regramento foi um fenômeno que deixou marcas na história. Além das gramáticas e dicionários que visavam sistematizar e normatizar a língua francesa, as regras estavam presentes no teatro, no lazer, nas boas maneiras, etc. Também é o período que demarca a aceleração do processo de dominação disciplinar dos corpos. Apesar de existirem há muito tempo os mosteiros e os exércitos, é no século XVII que as disciplinas passam a ser fórmulas de regramento e controle, e que a obediência e a utilidade passam a ser suas finalidades. Vê-se “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 121). Interessa-nos, para nossa pesquisa, pensar como o espírito regulador adentrou o pensamento dos sábios tanto laicos quanto religiosos do período.

A ordem que a Monarquia assentou na Europa Ocidental foi apoiada um “grupo de letrados que ela formou e cuja importância aumentou com a do Estado”. No século XVII os letrados ligados aos reis são, em sua maioria, laicos cuja formação é mais vinculada às artes e a literatura do que à tradição teológica. O que os distingue é o talento. Sábios que são “admitidos à serviço do príncipe e, em poucos anos, reagrupam-se no seio de instituições novas, as academias” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 23).

Academia [*Akadèmeia*] era como se chamava uma região de Atenas que contava com um extenso parque no qual Platão ensinava filosofia. A partir da metade do século XV o renascimento do platonismo em terras italianas fez ressurgir o uso da palavra, designando as reuniões informais realizadas por humanistas. Vários círculos privados foram criados nesse período como a Academia Romana, de Pompônio Leto e a Academia de Bessarion, mas a mais influente foi a *Accademia Platonica*, patrocinada por Lorenzo de Médici. Esses círculos tinham como destaque: o caráter informal e livre dessas reuniões, um modo novo de estudar e debater sem formalidades, que discrepava tão oportunamente do pedantismo e do espírito escolástico das universidades. (PEVSNER, 2005, p. 71).

No século XVI, a Itália somava mais de quinhentas, entre as quais destacam-se as de Bolonha (70), Roma (56) e Veneza (43). No entanto, desde 1540, é mais difícil afirmar que toda academia fosse “uma reunião informal de humanistas”, visto que “sociedades e associações das mais diversas naturezas apreciavam adornar seu nome com o pomposo título de academia” (PEVSNER, 2005, p. 73).

As academias que descenderam diretamente dos círculos renascentistas eram as que cultivavam as *amene lettere* [letras aprazíveis], ou seja, que buscavam “escrever e falar em bom estilo” além de “uma atitude filosófica perante a vida”. Seus membros se dedicavam:

à composição, recitação e crítica de poesia, à redação e leitura de discursos sobre temas gerais de ética e retórica, às vezes à análise e interpretação de algumas preciosidades da antiga literatura italiana, como os Sonetos de Petrarca ou trechos escolhidos da Divina comédia de Dante. (PEVSNER, 2005, p. 73-74).

A partir dos anos 1540, diferente da completa informalidade que marcava as academias iniciais, vê-se surgir regulamentos nesses círculos para eleição de presidente, duração de reuniões, comportamentos dos membros etc. O declínio do Renascimento, dando lugar ao Maneirismo, e o peso regulador da Contrarreforma possivelmente influenciaram essa maior rigidez das academias na esfera laica (PEVSNER, 2005).

As academias voltadas a trabalhos filológicos tiveram origem em Florença. A partir de uma iniciativa particular foi fundada a *Accademia degli Umidi* em 1540. Apesar de trazer a informalidade como proposta, ela logo sofreu intervenção de Cosimo de Médici que se nomeou protetor da instituição, mudando seu nome para *Accademia Fiorentina*. Seu objetivo era “dedicar-se ao cultivo da língua italiana em oposição ao latim”, isso seria feito, lê-se em suas normas, “interpretando, compondo e traduzindo toda a boa ciência de qualquer idioma para o nosso”. A ideia era “dar regras à língua e de impor-lhe uma estrutura codificada”. Em 1582, fundada por cinco membros descontentes com a *Accademia Fiorentina*, surge a *Accademia della Crusca*. Mais tarde, em 1591, seus membros decidem “codificar a língua italiana” o que os levou a publicar em 1612 o *Dizionario della Crusca*. O programa iniciado pela *Accademia Fiorentina* ganhava materialidade (PEVSNER, 2005, p. 78-79).

Apesar de iniciativas de teor semelhante surgirem na Inglaterra e na Alemanha, é na França que o ideal da *Accademia Fiorentina* ganha um modelo que se torna exemplar para as futuras academias. A “linhagem” florentina é percebida em sua principal função: “trabalhar com

todo o zelo e diligência possíveis para dotar nossa língua de regras precisas, torná-la pura, eloquente e apta a desenvolver as artes e as ciências” (PEVSNER, 2005, p. 80).

Os primeiros encontros da Academia, na casa de Valentin Conrart, eram informais. Tratava-se de um pequeno grupo de letrados que se reunia regularmente em 1634. Ao obter conhecimento do seu círculo, Richelieu “obriga esses intelectuais a constituir uma sociedade a que impõe sua proteção” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 30). Sua missão maior, como vimos acima, dizia respeito à língua francesa. A Academia deveria “oficializar a língua comum dos membros da nação” e, para tanto, era preciso “reunir os diversos grupos numa igualdade abstrata pelo intercâmbio de uma mesma fala” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 30).

A Academia Francesa, como as demais academias criadas posteriormente pelo estado francês, fazia parte de um projeto maior: o poder absoluto do rei, que passava pelo controle das artes e pela laicização dos fundamentos da monarquia:

Trata-se de dar a Luís XIV uma imagem que ultrapasse o tempo e possua caráter imediatamente histórico. À transcendência religiosa da Idade Média sucede uma transcendência política, que já não encontra o enraizamento e a justificação no Céu, mas na história passada (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 26).

A história do rei e seus grandes feitos contada “pela eloquência”, ou “pelas medalhas, pela pintura, tapeçaria, gravuras, monumentos, espetáculos” fundamenta e justifica o poder real. Suas ações no mundo comprovam que ele é uma espécie de “14ª reencarnação de um mesmo Luís, sempre glorioso, sempre vencedor” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 26). É o período em que são criados os cargos de historiógrafo do rei e historiógrafo das construções.

Jean-Baptiste Colbert, principal ministro de Luís XIV após a morte de Jules Mazarin, é um dos grandes responsáveis por esse empreendimento. Retomando as redes de contatos estabelecidas por seus antecessores, como Richelieu e Mazarin, para a aquisição de obras de arte de toda a Europa visando enriquecer suas coleções pessoais, o novo ministro as utilizará para a glória do rei. Um nome importante nesse processo é o de Luigi Strozzi cuja função de “residente da França junto ao grão-duque da Toscana” que indica a Colbert “as obras de arte para a compra, as matérias-primas a transportar, os artistas de renome da Itália” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 25). Strozzi também é responsável pela espionagem industrial e pela cooptação de operários especializados que levam para a França os segredos da fabricação dos espelhos de Veneza e o aprimoramento da indústria da seda, de tecidos e do trato de pedras semipreciosas. Em território francês, Colbert articula com os “homens-chave do domínio intelectual”, seja na literatura, quanto nas artes plásticas. O poeta Jean Chapelain, por exemplo, traça para o ministro um panorama das artes, no qual “expõe a maneira como cada uma delas poderia servir ao Estado”, além de uma “lista dos homens de letras” na qual atribui “uma ordem de mérito em função de suas capacidades intelectuais e docilidade em relação ao poder real” (APOSTOLIDÈS, 1993, p. 26).

Nesse período, o Estado confisca o saber. O papel das academias e dos seus membros é enaltecer a figura do Rei, contar suas histórias através da pintura, das medalhas, do teatro etc. Elogiar o monarca é um ponto obrigatório nos ritos de aceitação nas academias ou publicação de obras. O letrado que se destaca por seu trabalho e submissão ao poder do Estado é honrado pelo título de nobreza, ou, no mínimo, é tratado como “homem de bem”: alguém que frequenta a corte, mas que não se restringe nem à burguesia, nem à nobreza. A elitização dos letrados acadêmicos é reforçada pelo poder de regular os saberes, de reorganizá-los e apresentá-los sociedade em sua maneira exemplar. Os que não se enquadram aos moldes acadêmicos são tidos como produtores de algo menor. A razão estaria circunscrita aos círculos que reproduzissem o ordenamento das academias. O restante da produção cultural seria algo

do povo. Dá-se a cisão entre o sábio e o mestre de ofício, da artista e do artesão, do ator e do saltimbanco (APOSTOLIDÈS, 1993).

No campo católico os jansenistas foram importantes representantes desse espírito regulador, no entanto não o manifestando à serviço da monarquia. O Port-Royal des Champs, até hoje um símbolo do catolicismo francês, era um mosteiro francês no qual foram buscar recolhimento muitos pensadores laicos no século XVII. Uma efervescência literária se deu a partir do círculo conhecido como os “solitários de Port-Royal” e seus interlocutores. Entre os pontos da perspectiva doutrinal que tocavam esse grupo, havia o entendimento da necessidade de uma reforma radical na vida monástica, um retorno às origens do monaquismo medieval (COTTERT, 2018).

A produção tradutória e a sua teorização receberam grande contribuição por parte desses solitários, em sua maioria adeptos do jansenismo. O jansenismo foi um movimento que surgiu a partir da obra *Augustinus*, escrita por Cornelius Jansen, um bispo de Ypres. Este advogava uma perspectiva, tida como radical e controversa pela cúpula católica, na qual a doutrina da graça de Agostinho tinha primazia e cuja defesa de uma igreja divina, logo, imutável, fazia com que seus adeptos defendessem uma espécie de retorno ao cristianismo original e a revogação de tudo que julgavam ser novidades implementadas por ordens como a dos jesuítas. Uma das características dos jansenistas era a disciplina e o espírito regulador. Sobre isso chegou-se a dizer: “os jansenistas amam mais a regra que o bem” (JOUBERT, 1877, p. 35, tradução nossa).

As ideias de Jansen foram além das fronteiras belgas tendo a França como uma das mais receptivas nações. Um dos principais articuladores do jansenismo em território francês foi Jean-Ambroise Duvergier de Hauranne (mais conhecido como Saint-Cyran) que, entusiasmado pelas propostas de seu amigo Jansen, promove leituras e discussões da *Augustinus*. Estas se davam no mosteiro Port-Royal des Champs, situado a pouco mais de 20 quilômetros de Paris e dirigido, a partir de 1635, por Saint-Cyran. O mosteiro tornou-se abrigo não somente de religiosos, mas passou a receber também estudiosos interessados pelo retiro e pelos trabalhos intelectuais lá desenvolvidos. Seu novo diretor espiritual atraía aqueles que ficariam conhecidos como os solitários de Port-Royal, responsáveis por estudos e traduções de obras latinas da Antiguidade e de livros sagrados do Cristianismo. Foi um período em que se desenvolveu uma cultura da interioridade, na qual, com base em Agostinho, os port-royalistas defendiam o exercício do exame de consciência e da meditação (GUION, 2002).

Entre os principais nomes que integravam o círculo em torno de Port-Royal estão alguns membros da família Arnauld, como os irmãos Jacqueline Marie Angélique, Antoine e Arnauld d’Andilly e os sobrinhos destes, Louis-Isaac Lemaistre de Sacy e Antoine Lemaistre, e também os letrados Thomas Guyot, Claude Lancelot, Pierre Nicole e Blaise Pascal. A produção intelectual desse círculo sempre teve a tradução como seu principal motor. Os primeiros projetos historiográficos e hagiográficos, tais como as obras de Antoine Le Maistre (*Vie de Saint Bernard*, de 1648) e de Arnauld d’Andilly (*Vies des pères du désert*, de 1653, e *Vies des plusieurs saints illustres*, de 1664) são, na realidade conjuntos de textos organizados e traduzidos por eles (QUANTIN, 1997).

Autores ditos profanos foram traduzidos no mosteiro de Port-Royal. Temos, por exemplo, Fedro e Terêncio, por Lemaistre de Sacy em 1647. Plauto e Cícero, em 1666, e Virgílio, em 1678, traduzidos por Thomas Guyot. Arnauld d’Andilly traduziu, em 1678, Flávio Josefo. Todavia, a maior parte das traduções produzidas pelos solitários foram no campo religioso. Podemos destacar *Confissões*, traduzida por Antoine Arnauld, Arnauld d’Andilly e Jean-Hamon e a própria Bíblia, cuja tradução foi realizada em boa parte por Antoine Lemaistree concluída

por seus colaboradores do mosteiro sob direção de seu irmão Lemaistre de Sacy (MUNTEANO, 1956). Em 1660, Claude Lancelot e Antoine Arnauld lançam a *Grammaire générale et raisonnée*, propondo que todas as línguas obedecem aos mesmos princípios e apresentando uma teoria do signo que contribuirá para a formulação de perspectivas tradutórias no século seguinte (LECLERC, 1988).

AS REGRAS DE TRADUÇÃO

Ao longo da história muitas reflexões sobre a tradução foram desenhadas como um conjunto de regras ou princípios. A língua francesa teve como sua primeira grande expressão do pensamento acerca da tradução o texto publicado em 1540, *La manière de bien traduire d'une langue en autre* [A maneira de bem traduzir de uma língua em outra], de Etienne Dolet. Nele, são estabelecidas cinco regras que, de certa forma, estarão presentes nas regras ulteriores. Já no século XVIII, na obra *Cours De Belles Lettres*, de Charles Batteux, um conjunto de onze regras são propostas pelo autor. Mas a maior quantidade desses discursos foi produzida ao longo do século XVII. Destacaremos dois deles, todos produzidos por adeptos do jansenismo. Sendo, um deles, solitário de Port-Royal. São discursos que contemplam regras voltadas a quem deseja traduzir; de caráter amplo, diferentes, por exemplo, das regras propostas por Antoine Arnauld (publicadas postumamente) que, apesar de apresentarem direções ao trabalho do tradutor, tratam da crítica de tradução de obras sagradas.

Aquelas que ficaram conhecidas como as *Règles de la traduction Française* [Regras da tradução francesa], foram produzidas nos anos 1650, mas publicadas apenas no século seguinte. Todavia, eram regras que circulavam no Port-Royal e além dele, visto que seu autor, Antoine Lemaistre ensinava tradução. A versão das regras publicadas foi a que Lemaistre oferecera a seu aluno Thomas du Fossé, mas há notícias de outra versão que consta em uma coleção de manuscritos da Biblioteca Nacional da França. Versão, esta, que Lemaistre teria oferecido a Racine em 1655 (MUNTEANO, 1956).

Entre os textos regulatórios temos *Règles de la traduction ou Moyens pour apprendre à traduire de latin en françois tiré de quelques unes des meilleures Traductions du temps* [Regras da tradução ou meios para aprender a traduzir de latim em francês baseadas em algumas das melhores traduções da atualidade]. Este é o título de um livro publicado em 1660, por Gaspard de Tende, que assina com o pseudônimo “Senhor de l’Estang”. Considerado como o primeiro grande tratado de tradução francês, é um livro de quase 400 páginas voltado à tradução do latim. Os capítulos são relativamente curtos, contando no máximo três páginas, e seguem um esquema de breve apresentação do tema, exemplos de tradução e explicação destes. Em seu prefácio estão enumeradas as nove regras que De Tende propõe para a tradução, muitas delas recolhidas das ideias de membros do círculo do Port-Royal, conforme o próprio autor esclarece ao longo de seu texto.

As aproximações entre as duas regras são perceptíveis, apesar de seu arranjo e ordem ser um pouco diferente.

A primeira regra proposta por Lemaistre é que a tradução deve ser “extremamente fiel e literal”, o que, para ele, significa expressar em francês “tudo o que está no latim e deixá-lo tão bem que, por exemplo, se Cícero tivesse falado em nossa língua, teria falado do mesmo modo que nós o fazemos falar em nossa tradução” (LEMAISTRE, 2013, p. 52). Essa perspectiva de fidelidade também está na primeira regra de Gaspar de Tende, onde lemos que se deve:

captar com precisão o pensamento do autor que se traduz e não se prender exageradamente às palavras, pois é suficiente que se restitua o sentido com exato

cuidado e completa fidelidade, sem renunciar a nenhuma das belezas e figuras que existem no latim. (DE TENDE, 2018, p.45-47).

De Tende atribui a sua segunda regra ao “autor da tradução do poema de S. Prosper”, ou seja, Lemaistre de Sacy, afirmando que este propõe que não se deve “somente manter completas fidelidade e exatidão ao restituir os sentimentos do autor, mas tratar, ainda, de manifestar suas próprias palavras, quando elas são importantes e necessárias” (DE TENDE, 2018, p. 47). Já a segunda regra de Lemaistre diz respeito a “esforçar-se para restituir beleza por beleza, figura por figura, para imitar o estilo do autor” e, nesse esforço, “usar com segurança o francês no lugar do latim” de maneira que “se possa dizer que o francês é tão belo quanto o latim” (LEMAISTRE, 2013, p. 52). Parece que Lemaistre concordava com seu irmão sobre o uso de “suas próprias palavras”, mas ressaltando a exigência de grande cuidado. Aqui, ao menos na leitura de Gaspar de Tende da visão tradutória de Sacy, nos parece que “próprias palavras” significam dar-se a liberdade de ir além do sentido percebido no original. E, nesse sentido, temos a sexta regra de Lemaistre na qual ele afirma ser “necessário não acrescentar nada” na tradução “que não se possa justificar e dizer por que foi colocado” (LEMAISTRE, 2013, p. 53).

A segunda regra de Lemaistre está presente na quinta regra de Gaspar de Tende, na qual sugere ultrapassar as barreiras da língua em relação a suas expressões. De Tende escreve que é preciso “esforçar-se para restituir beleza por beleza e figura por figura, quando não se encontram, nas duas línguas, as mesmas graças”, ou que “não se consiga exprimir as mesmas figuras e as mesmas belezas” (DE TENDE, 2018, p. 49). Aqui, o autor usa um trecho idêntico ao da regra da lista de Lemaistre, a atribuindo a Sacy. Como as dez regras eram de conhecimento dos tradutores do Port-Royal e, como Sacy era irmão de Lemaistre, torna-se quase impossível atribuir autoria a esta ou aquela regra elaborada naquele contexto.

Em sua quarta regra, Lemaistre defende não ser necessário “construir longos períodos e tampouco afetar um estilo conciso demais”. Esta justa medida só se daria como esforço, visto que a língua francesa “é por si mais longa que o latim, e exige mais palavras para expressar todo o sentido”, visando um meio termo “entre a abundância excessiva que torna o estilo lânguido, e a brevidade excessiva que o torna obscuro” (LEMAISTRE, 2013, p. 53). Já a sexta regra de Gaspar de Tende defende que não se use “longas construções, a não ser apenas para tornar o sentido mais inteligível e a tradução mais elegante”. Havia muitos tradutores que,

não conseguindo restituir as coisas em poucas palavras e em termos próprios e significativos, servem-se de uma grande quantidade de palavras supérfluas e tomam liberdades que não seriam permitidas nem mesmo aos mais jovens escolares. Assim, alongando, como eles fazem, as palavras que traduzem, enervam toda a força dos termos latinos, chegando mesmo a alterar, algumas vezes, o sentido e as palavras do autor. É por esta razão que as expressões mais curtas e naturais são as mais belas e as melhores, sendo desejável que se restituia verso por verso, e que a tradução seja tão curta quanto o original que se traduz. (DE TENDE, 2018, p. 49-51).

Enquanto Lemaistre apresenta a justa medida como uma ação do tradutor para buscar uma solução às questões envolvendo as diferenças linguísticas, entre as quais a necessidade de escrever mais em francês para dar conta dos sentidos em latim, De Tende atribui os longos períodos em francês a uma deficiência do tradutor. E estabelece como regra a equivalência de tamanho entre os dois textos.

Ainda sobre essa questão, temos na décima regra de Lemaistre a ideia de que, “quando um período é demasiado longo e demasiado complexo no latim ou no grego, deve-se, ao

traduzi-lo, cortá-lo em vários membros pequenos”, visando deixá-lo “claro e inteligível” (LEMAISTRE, 2013, p. 54).

A clareza também é preocupação de Gaspar de Tende. Em sua sétima regra afirma que o tradutor deve “sem pretender a uma maior clareza no discurso”, sendo por esse motivo que “os mais notáveis tradutores reconheceram a necessidade de reduzir e dividir os períodos”. Para ele, “o discurso articulado e extenso é muito menos inteligível que aquele mais curto e preciso”. Na redação dessa regra, De Tende então afirma o que lhe escapa na sexta:

Por isso é necessário diminuir os períodos latinos quando eles são muito longos, pois nossa língua, sendo ainda mais extensa, deixaria por muito tempo em suspenso o espírito que espera sempre com impaciência o fim do que se lhe quer dizer. (DE TENDE, 2018, p. 51).

Na oitava, ele adere à justa medida de Lemaistre, afirmando que “assim, como é preciso, algumas vezes, reduzir períodos muito longos, é igualmente preciso, com frequência, unir aqueles que são muito curtos”, levando em conta que é necessário manter “nos dois casos um justo equilíbrio e uma moderação razoável, e tudo com muito discernimento” (DE TENDE, 2018, p. 51).

Existem regras em um texto que não guardam contato aparente com o outro. Em Lemaistre, por exemplo, há uma preocupação com a forma do texto traduzido que não se mostra tão detalhada em De Tende. A terceira regra de Lemaistre trata da diferença de uso de rimas entre textos em prosa e textos em verso; a quinta, explicita a necessidade de correspondência entre os elementos de um período; a sétima, afirma que se deve “prestar atenção para nunca começar dois períodos, e muito menos dois membros por uma partícula como *pois, mas*, ou outras semelhantes (LEMAISTRE, 2013, p. 53); a oitava diz respeito a evitar a cacofonia; a nona regra trata de uma questão de estilo envolvendo o uso de pares de nomes nos quais um deve ser masculino e o outro feminino.

As regras de Gaspar de Tende que dizem respeito ao estilo parecem focar na relação entre texto original e texto traduzido. A terceira regra é “conservar o espírito e o caráter do autor que se traduz, considerando se o estilo é simples ou pomposo, se é um estilo de arenga ou narração” (DE TENDE, 2018, p. 47); a quarta, é traduzir o texto com palavras que se ajustem aos temas e personagens do texto original, pois não se deve “fazer falar como um homem civilizado e polido um bárbaro ou um camponês, porque tal não convém aos costumes e à natureza nem de um nem de outro” (DE TENDE, 2018, p. 49); a nona e última regra diz respeito a dar beleza ao texto traduzido, todavia, desde que essas belezas estejam “escondidas” no original (DE TENDE, 2018, p. 51).

As regras de Antoine Lemaistre e de Gaspard de Tende, oriundas do mesmo contexto e, ao que tudo indica, do mesmo meio (o grupo de Port-Royal), expressam o espírito regulador da época e também um desenvolvimento das questões tradutórias desde Dolet. Uma noção de fidelidade ao que se considerava o “pensamento do autor”, aos seus “sentimentos”, está presente em ambas, assim como uma busca por restituição do seu estilo. A necessária justificativa, por parte do tradutor, em possíveis acréscimos ao texto traduzido indicava também a preocupação de controlar ao máximo o processo tradutório. O bom senso, para aplicar uma justa medida em seu trabalho, era cobrado do tradutor, a fim de construir um texto claro e que não pecasse pelos longos, ou muito curtos, períodos. Em um século cujas regras visavam dar maior controle às atividades, moldando artífices alinhados com um espírito de constante aperfeiçoamento, com parâmetros bem estabelecidos e universalizados, as duas regras analisadas demonstram o quanto a tradução estava presente nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo apresentar notas históricas sobre as regras de tradução escritas por Lemaistre e De Tende, além de traçar algumas de suas semelhanças e diferenças.

Os discursos e reflexões acerca da tradução não estão desvinculados de seu momento histórico. A cultura das regras presente no jansenismo, no domínio absolutista sobre o mundo letrado, no projeto de sistematização das línguas nacionais e no projeto de controle das massas, também se mostrava na intenção de enquadrar o fazer tradutório em regulamentos.

As anotações históricas que trouxemos podem contribuir para se compreender as relações contextuais e de intertextualidade entre as regras tradutórias do século XVII. Mas sabemos que é preciso avançar nas pesquisas e pensar, por exemplo, no porquê de Lemaistre, um dos solitários do núcleo do Port-Royal, ter usado um número significativo de regras para questões formais e de estilo referentes ao texto traduzido. Ou, por outro lado, no porquê de Gaspar de Tende, um jansenista laico, mas não solitário de Port-Royal, preocupar-se mais em criar regras que pensassem na relação entre o texto original e o texto traduzido. São instigantes pontos de partida para um aprofundamento da pesquisa historiográfica aqui apresentada.

Recebido em: 21/12/2022

Revisões requeridas em: 13/04/2023

Aceito em: 19/05/2023

REFERÊNCIAS

- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV**. Tradução de Cláudio César Santoro. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUnB, 1993.
- BATTEUX, Charles. **Cours De Belles Lettres**: Distribué par Exercices. V. 2. Paris: Desaint & Saillant, 1748.
- COTTRET, Bernard. **Le siècle de l'édit de Nantes**: Catholiques et protestants à l'âge classique. Paris: CNRS, 2018.
- DE TENDE, Gaspard. Regras da tradução ou meios para aprender a traduzir de latim em francês baseadas em algumas das melhores traduções da atualidade (1660). Traduzido por Cláudia Borges de Faveri. In: TORRES, Marie-Hélène Catherine; PIUCCO, Marceli; ABES, Gilles; FAVERI, Cláudia Borges de (Org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**: Francês. Tubarão: Copiart, 2018, p. 41-55.
- D'HULST, Lieven. **Cent ans de théorie française de la traduction. de Batteux a Littré (1754-1847)**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1990.
- D'HULST, Lieven. **Essais d'histoire de la traduction**: Avatars de Janus. Paris: Classiques Garnier, 2014.
- D'HULST, Lieven. Pour une historiographie des théories de la traduction: questions de méthode. **TTR**, v. 8, n. 1, p. 3-33, 1995.
- DOLLET, Etienne. **La manière de bien traduire d'une langue en autre**: d'avantage de la punctuation de la langue françoise. Lyon: Dollet, 1540.
- GUION, Béatrice. De l'abandon à la méditation représentations de l'espace intérieur à Port-Royal. **Études littéraires**, v. 34, n.1-2, p. 39-53, 2002.
- HOLMES, James S. The Name and Nature of Translation Studies. In: VENUTI, Lawrence (Ed.) **The Translation Studies Reader**. London: Routledge, 2000, p. 172-185.
- HURTADO ALBIR, A. Perspectivas de los estudios sobre la traducción. In: HURTADO ALBIR, A.(ed), **Estudis sobre la traducción**. Coleção Estudis sobre la traducció, n. 1, Universitat Jaime I, 1994. p. 25-41
- JOUBERT, Joseph. **Pensées**. V. 2. Paris: Didier, 1977.
- LECLERC, A. Le problème de la traduction au siècle des Lumières: obstacles pratiques et limites théoriques. **TTR**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1988.
- LEMAISTRE, Antoine. Règles de la traduction françoise. Tradução de Mauri Furlan. **Scientia Traductionis**, n. 13, p. 51-54, 2013.
- LÉPINETTE, Brigitte. La historia de la traducción. Metodología. Apuntes bibliográficos. In: LÓPEZ, Pilar Ordóñez; SABIO PINILLA, José Antônio. **Historiografía de la traducción en el espacio ibérico**. Cuenca: Universidad de Castilla, 2015, p. 139-152.
- MARTINS, M. As relações nada perigosas entre história, filosofia e tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 1, p. 37-51, 1996.
- MUNTEANO, Basil. Port-Royal et la stylistique de la traduction. **Cahiers de l'Association internationale des études françaises**, n. 8. p. 151-172, 1956.
- PEVSNER, Nikolaus. **Academias de Arte: passado e presente**. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- QUANTIN, Jean-Louis. Port-Royal et l'histoire. **Littératures classiques**, n. 30, p. 21-32, 1997.